

3 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 01 de dezembro de 2015.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

1 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, *Graça Maria da Fonseca Caetano Gonçalves*.

Nota curricular

Dados Biográficos:

Nome: Ângela Carvalho Ferreira

Data e local de nascimento: 12 de junho de 1975, Lisboa

Habilitações e atividade académica:

Licenciatura em Arquitetura de Gestão Urbanística pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

Em 2004, concluiu pós-graduação em Direito das Autarquias Locais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Percurso Profissional:

Iniciou a sua atividade profissional em 1999 na Câmara Municipal de Lisboa, onde trabalhou na área da informação urbana e Planeamento municipal até ao ano de 2002.

Paralelamente, desde 2003, integrou e coordenou várias equipas técnicas de elaboração de planos municipais de ordenamento do território.

Ingressou no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Loures, em 2002, onde até dezembro de 2013, exerceu funções de Assessoria técnica do Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Assessoria técnica do Vereador do Urbanismo, Diretora de Projeto do Plano Diretor Municipal e Chefe da Divisão de Planeamento Municipal, Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana.

Em 2007 exerceu funções como Adjunta de SE o Subsecretário de Estado da Administração Interna.

Integrou em janeiro de 2014 o Gabinete da Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Lisboa. Em abril de 2014 foi nomeada como Chefe de Divisão de Apoio Socioeducativo do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Lisboa, tendo em junho de 2015 sido nomeada como Diretora do Departamento de Projetos Estruturantes da Direção Municipal de Urbanismo da mesma Câmara Municipal, onde exerceu funções até esta data.

209242524

Despacho n.º 248/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro designo como Adjunta do meu gabinete, a mestre em Direito, Rute Alexandra Raimundo Alves Machado.

2 — A designada fica autorizada a exercer as atividades previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 01 de dezembro de 2015.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

1 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, *Graça Maria da Fonseca Caetano Gonçalves*.

Nota curricular

Dados Biográficos:

Nome: Rute Alexandra Raimundo Alves Machado

Data e local de nascimento: 15 de agosto de 1980, Lisboa

Habilitações e atividade académica:

Mestre em Direito na área de Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa; Pós-graduações em Direito Penal da Empresa e em Direito do Trabalho e da Segurança Social; Licenciada em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Percurso Profissional:

Assessora no Gabinete da Vereadora da Educação, Economia e Inovação da Câmara Municipal de Lisboa, Membro da Equipa de Missão para a Reorganização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, Técnica especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional, Jurista, Advogada e Formadora.

209242476

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 249/2016

Despacho de designação de pessoal técnico-administrativo

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico-administrativo do meu Gabinete Maria do Carmo Zeferino Silvestre Baleia, assistente técnica do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 27 de novembro de 2015.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

23 de dezembro de 2015. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

ANEXO

Nota curricular

Habilitada com o 12.º ano; na função pública desde 1986; escriturária datilógrafa na Secretaria de Estado em 11 de novembro de 1992; assistente administrativa em 1 de janeiro de 1998; secretariado de apoio no Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros em maio de 1998; secretária pessoal do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros em abril de 2002; assistente administrativa especialista em novembro de 2004; secretária pessoal do secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa em dezembro de 2004; secretária pessoal do coordenador da Cimeira Ibero Americana em abril de 2005; secretariado pessoal do chefe do gabinete e dos adjuntos do gabinete do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros em novembro de 2005; secretária pessoal do diretor-geral de política externa e do subdiretor em dezembro de 2006; secretariado do concurso de ingresso na carreira diplomática em outubro de 2008; secretariado do grupo SIADAP; Gabinete do Secretário-Geral em janeiro de 2009; Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, secretariado de apoio aos adjuntos desde fevereiro de 2010.

209234724

Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 250/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de motorista do meu Gabinete António Pedro Fernandes Soares, assistente operacional do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do n.º 14 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 4 de janeiro de 2015.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

29 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *Maria Teresa Gonçalves Ribeiro*.

ANEXO

Nota curricular

Frequência do 8.º ano de escolaridade. Exerceu funções no Centro de Investigação das Ferrugens do Cafeeiro (CIFC) do Instituto de Investigação Científica Tropical (1983 a 1896). Cumpriu o serviço militar (1986 a 1987). Retomou funções no CIFC (1987 a 1991). Provido em concurso para a categoria de motorista no quadro de pessoal do Secretariado Nacional de Reabilitação (1994 a 2000). Motorista da Presidência do Instituto Camões (2000 a 2005). Motorista da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, do MNE (desde 2005).

209231987

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E JUSTIÇA

Gabinetes do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Ministra da Justiça

Despacho n.º 251/2016

Proferido no âmbito do processo n.º 2110/2015 — Revogação do despacho que autorizou licença sem remuneração em organismo internacional — Lic. Paula Maria Dias da Silva, inspetora da Polícia Judiciária.

Considerando o pedido da interessada, de 2 de dezembro de 2015, e respetiva motivação, diretamente correlacionada com a designação, com efeitos reportados a 27 de novembro de 2015, para gabinete ministerial do XXI Governo Constitucional, determinante da subordinação a regime de exclusividade, às incompatibilidades e com as garantias previstas nos artigos 7.º, 8.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e tendo presente o estatuído na alínea *b*) do n.º 1 e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 283.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como a anuência do serviço de origem, expressa em 7 de dezembro de 2015, determina-se, com tal fundamento e ao abrigo do preceituado no n.º 1 do artigo 165.º e nos artigos 167.º e 169.º a 171.º, todos do Código do Procedimento Administrativo, a revogação do Despacho n.º 14680/2015, de 25 de novembro de 2015, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 11 de dezembro de 2015, fazendo cessar os efeitos da licença sem remuneração para o exercício de funções em organismo internacional então concedida à licenciada Paula Maria Dias da Silva, inspetora da Polícia Judiciária, como *Criminal Intelligence Officer* no Human Trafficking and Child Exploitation Sub-Directorate, na Interpol, Lyon, França, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

23 de dezembro de 2015. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — 22 de dezembro de 2015. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

209224056

FINANÇAS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 164/2016

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 alínea *d*) do artigo 30.º e n.º 1 alínea *d*) do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de dois (2) postos de trabalho do mapa de pessoal único da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto através do Aviso n.º 11831/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203, de 16 de outubro de 2015, para querendo, se pronunciarem sobre a exclusão, em sede de audiência dos

interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

Para o efeito, deverá ser utilizado o formulário tipo disponibilizado na página eletrónica da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, no endereço <http://www.sgmf.pt/> área do Planeamento e Gestão/ProcedimentoConcursal.

Mais se notifica que a lista dos resultados do primeiro método de seleção se encontra afixada para consulta, dos interessados, no “local de estilo” da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, Rua da Alfândega n.º 5, 1100-016 em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <http://www.sgmf.pt/> área do Planeamento e Gestão/ProcedimentoConcursal.

2 — O processo está disponível para consulta dos interessados nas instalações da Secretaria-Geral, das 10 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos.

3 — Nos termos e para os efeitos do n.º 10.6 do Aviso de abertura, informa-se que a identificação dos candidatos a submeter à realização do método de seleção “Entrevista Profissional de Seleção” e respetiva convocatória se encontra afixada, para consulta, no “local de estilo” da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, Rua da Alfândega n.º 5, 1100-016 em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica em <http://www.sgmf.pt/> área do Planeamento e Gestão/ProcedimentoConcursal.

28 de dezembro de 2015. — O Secretário-Geral do Ministério das Finanças, *Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues*.

209240678

Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas

Aviso n.º 165/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 5 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 17 de dezembro de 2015, foi homologada a avaliação final do período experimental da trabalhadora Maria Margarida do Souto Pereira, na carreira/categoria de assistente técnica. O referido período experimental foi concluído com sucesso, tendo-lhe sido atribuída a classificação de 16,00 valores, de acordo com o processo de avaliação elaborado nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP, sendo o tempo de duração desse período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

23 de dezembro de 2015. — A Diretora-Geral, *Mafalda Lopes dos Santos*.

209222363

Aviso n.º 166/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 5 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 10 de dezembro de 2015, foi homologada a avaliação final do período experimental do trabalhador Nuno Ricardo da Silva Gomes Cabrita, na carreira/categoria de técnico superior. O referido período experimental foi concluído com sucesso, tendo-lhe sido atribuída a classificação de 18,00 valores, de acordo com o processo de avaliação elaborado nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP, sendo o tempo de duração desse período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

23 de dezembro de 2015. — A Diretora-Geral, *Mafalda Lopes dos Santos*.

209222096

Aviso n.º 167/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 5 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 17 de dezembro de 2015, foi homologada a avaliação final do período experimental da trabalhadora Elisabete Sofia Felício da Costa, na carreira/categoria de assistente técnica. O referido período experimental foi concluído com sucesso, tendo-lhe sido atribuída a classificação de 15,00 valores, de acordo com o processo de avaliação elaborado nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP, sendo o tempo de duração desse período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

23 de dezembro de 2015. — A Diretora-Geral, *Mafalda Lopes dos Santos*.

209222299